

*Serviço de Apoio às Micro e Pequenas
Empresas do Estado do Piauí - SEBRAE/PI*
Demonstrações financeiras intermediárias
em 30 de junho de 2017

**Serviço de Apoio às Micro e Pequenas
Empresas do Estado do Piauí - SEBRAE/PI**

**Demonstrações financeiras intermediárias
em 30 de junho de 2017**

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

O Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Piauí - SEBRAE/PI (“Entidade”) é uma entidade associativa de direito privado, sem fins lucrativos, instituído sob forma de Serviço Social Autônomo, regulada por estatuto, tendo por objetivo fomentar o desenvolvimento sustentável, a competitividade e o aperfeiçoamento técnico das microempresas e das empresas de pequeno porte industriais, comerciais, agrícolas e de serviços, notadamente nos campos da economia, administração, finanças e legislação; da facilitação do acesso ao crédito; da capitalização e fortalecimento do mercado secundário de títulos de capitalização daquela empresa; da ciência, tecnologia e meio ambiente; da capacitação gerencial e da assistência social, em consonância com as políticas nacionais de desenvolvimento. A sede da Entidade está localizada na Av. Campos Sales, 1046/Centro 64000-300 – Teresina/PI.

O Sebrae/PI faz parte de um sistema criado em 1972 – Centro Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa (Sebrae) vinculado ao Governo Federal. A partir de 1990, a Entidade desligou-se do setor público, transformando-se num serviço social autônomo denominado Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE. Formalmente foi criado como Entidade sem fins lucrativos pela Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, regulamentada pelo Decreto nº 99.570, de 9 de outubro de 1990, posteriormente, alterada pela Lei nº 8.154, de 28 de dezembro de 1990.

O âmbito de atuação do SEBRAE/PI constitui-se no apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Piauí, com vistas à melhoria do seu resultado e ao fortalecimento do seu papel social.

O SEBRAE/PI recebe recursos oriundos do SEBRAE Nacional que é o responsável pelos repasses de recursos aos Estados e ao Distrito Federal para manutenção de suas atividades e projetos, conforme a Lei nº 8.154, de 28 de dezembro de 1990, mediante contribuição parafiscal das empresas privadas instaladas no País. Para manutenção de suas atividades poderá eventualmente promover a venda de produtos e a prestação de serviços ligados aos seus objetivos, sendo os resultados auferidos aplicados integralmente na manutenção das atividades. As unidades do Sistema SEBRAE dos Estados e do Distrito Federal têm autonomia financeira, administrativa e contábil, sendo constituídos como entidades juridicamente autônomas.

A Entidade tem como associados:

- Associação Comercial Piauiense
- Associação Industrial do Piauí - AIP
- Banco do Nordeste do Brasil S.A.
- Banco do Brasil S.A.
- Caixa Econômica Federal
- Federação do Comércio, de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Piauí - FECOMÉRCIO/PI
- Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas do Piauí - FCDL

- Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Piauí
- Federação das Indústrias do Estado do Piauí - FIEPI
- Instituto Euvaldo Lodi - IEL/PI
- Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC/PI
- Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Turismo
- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE
- Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR
- Universidade Federal do Piauí - UFPI.

O SEBRAE/PI é uma entidade isenta do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o lucro líquido (Lei nº 9.532/97, art. 15 § 1º), por ser uma instituição sem fins lucrativos que presta serviços sociais autônomos para os quais foi instituída. Considera-se Entidade sem fins lucrativos a que não apresente superávit em suas contas ou, caso apresente em determinado exercício, destine o referido resultado, integralmente, à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais (art. 15, § 3º, alterado pela Lei nº 9.718/98, art. 10).

Estará fora do alcance da tributação somente o resultado relacionado com as finalidades essenciais das entidades sem fins lucrativos. Assim, os rendimentos e os ganhos de capital auferidos em aplicações financeiras de rendas fixas e variável não são abrangidos pela isenção (Lei nº 9.532/97, art. 12 § 2 e art. 15 § 2).

As operações da Entidade são substancialmente mantidas por meio do repasse de recursos do SEBRAE Nacional.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade e base de mensuração

Estas demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para demonstrações intermediárias – Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1), aprovado pela Resolução nº 1.174/2009 do Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas com base no custo histórico, exceto no caso de alguns itens do ativo imobilizado que foram avaliados a valor justo (custo atribuído) na data de adoção inicial do Pronunciamento Técnico CPC nº 27. Instrumentos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa e o ativo atuarial da parcela do benefício definido do Plano de Benefício Pós-Emprego patrocinado pela Entidade.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma

As demonstrações financeiras intermediárias são apresentadas sem a repetição de determinadas notas explicativas previamente divulgadas, mas com a evidenciação das alterações relevantes ocorridas no período. Portanto, estas demonstrações financeiras intermediárias devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras anuais da Entidade do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, que contemplam o conjunto completo das notas explicativas.

A Diretoria Executiva da Entidade aprovou a emissão destas demonstrações financeiras em 20 de julho de 2017.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação de demonstrações financeiras intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a provisão para redução ao valor recuperável dos valores a receber (Nota Explicativa nº 6), revisão da vida útil sobre o ativo imobilizado (Nota Explicativa nº 11), provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas (Nota Explicativa nº 16) e os ativos, passivos e premissas de aposentadoria e demais benefícios de risco relativos a planos de benefícios pós-emprego (Nota Explicativa nº 26).

Estimativas e premissas são revistas de forma contínua, pelo menos anualmente. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

A administração não identificou julgamentos críticos que possam afetar a aplicação das políticas contábeis e valores reportados nessas demonstrações financeiras intermediárias.

3 Principais práticas contábeis

As demonstrações financeiras intermediárias são apresentadas sem a repetição de determinadas notas explicativas previamente divulgadas, mas com a evidenciação das alterações relevantes ocorridas no período, se houver. As práticas contábeis utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras intermediárias são as mesmas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anuais da Entidade relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016. Portanto, estas demonstrações financeiras intermediárias devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras anuais da Entidade do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, que contemplam o conjunto completo das notas explicativas.

4 Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	30/06/2017	31/12/2016
Contas Bancárias (i)	63	84
Aplicações Financeiras (ii)	1.779	1.889
Total	1.842	1.973

(i) São disponibilidades imediatas em caixa e em contas-correntes bancárias, cuja posição, em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, se encontra a seguir descrita:

Bancos	30/06/2017	31/12/2016
Caixa	21	-
Banco do Brasil	39	82
Caixa Econômica Federal	2	2
Banco do Nordeste do Brasil	1	-
Total	63	84

(ii) Os recursos aplicados são destinados à manutenção operacional e administrativa da Entidade, conforme demonstrado abaixo:

Banco	Modalidade do fundo	30/06/2017	31/12/2016
Banco do Brasil	BB Milênio 10	1.779	1.889
Total		1.779	1.889

As aplicações em fundos são atualizados com base na cota divulgada em cada mês. O valor justo dos ativos é igual ao valor contábil registrado.

A taxa de rentabilidade do Banco do Brasil no 1º semestre de 2017 foi de 5,7328% (6,9316% no 1º semestre de 2016).

Bancos	Total de cotas do fundo em 30/06/2017	Cotas Sebrae/PI	Representatividade Sebrae/PI no FI (%)	Valor unit. da cota 30/06/2017	Fundo exclusivo	Tipo	Valor contábil em 30/06/2017
Banco do Brasil	279.379.887	746.969	0,26%	8,37	Não	Renda fixa	1.779

5 Aplicações financeiras

Instituição financeira	Nome do fundo	30/06/2017	31/12/2016
Caixa Econômica Federal	FIF Caixa	4.044	6.982
Total		4.044	6.982

As aplicações financeiras não são destinadas à liquidação das obrigações de curto prazo da Entidade, portanto não são classificadas como caixa e equivalentes de caixa.

As aplicações em fundos são atualizadas com base na cota divulgada em cada mês. O valor justo dos ativos é igual ao valor contábil registrado.

A taxa de rentabilidade da Caixa Econômica Federal no 1º semestre de 2017 foi de 5,7565% (5,7495% no 1º semestre de 2016).

Bancos	Total de cotas do fundo em 30/06/2017	Cotas Sebrae/PI	Representatividade Sebrae/PI no FI (%)	Valor unit. da cota 30/06/2017	Fundo exclusivo	Tipo	Valor contábil em 30/06/2017
Caixa Econômica Federal	196.883.185	489.358	0,24%	8,27	Não	Renda fixa	4.044

6 Valores a receber

	30/06/2017	31/12/2016
Cheques e cartão (i)	109	159
Total	109	159

(i) Refere-se a cheques e cartão com possibilidades de recebimentos com processos iniciados.

Movimentação da provisão para redução ao valor recuperável

	30/06/2017	31/12/2016
Saldo inicial	-	1
Constituição	-	1
Baixas		(2)
Saldo final	-	-

7 Numerários vinculados a convênios e programas

Bancos	30/06/2017	31/12/2016
Banco do Brasil - Aplicação financeira Convênios a executar	4.512 <u>510</u>	-
Total	<u>5.022</u>	<u>-</u>

Bancos	Total de cotas do fundo em 30/06/2017	Cotas Sebrae/PI	Representatividade Sebrae/PI no FI (%)	Valor unit. da cota 30/06/2017	Fundo exclusivo	Tipo	Valor contábil em 30/06/2017
Banco do Brasil	<u>279.379.887</u>	<u>746.969</u>	<u>0,26%</u>	<u>8,37</u>	Não	Renda fixa	<u>4.512</u>

Correspondem a recursos financeiros vinculados aos Programas, projetos e convênios sob execução do SEBRAE/PI, e que não são apresentados na rubrica "Caixa e Equivalentes de caixas", pois não constituem disponibilidade para a manutenção dos processos administrativos e operacionais da Entidade, conforme pronunciamento técnico CPC 03. Os saldos das contas vinculadas compreendem a soma dos aportes financeiros de parceiros e a contrapartida do próprio SEBRAE/PI. A utilização de conta única para movimentação e aporte financeiro é prevista nos contratos dos convênios.

8 Adiantamentos concedidos

A rubrica adiantamentos a empregados e a terceiros corresponde ao adiantamento de férias dos funcionários e outros adiantamentos a terceiros, para cobrir despesas de hospedagem/alimentação e traslado.

Descrição	30/06/2017	31/12/2016
Adiantamento de férias	123	282
Adiantamento 13º salário	480	-
Adiantamento a terceiros	-	-
Total	<u>603</u>	<u>282</u>

9 Outros créditos a receber

O grupo é formado por créditos diversos relativo à contribuição social a receber do exercício anterior e outros, conforme apresentado a seguir:

Descrição	30/06/2017	31/12/2016
Créditos de INSS	298	719
Outros créditos	4	-
Total	<u>302</u>	<u>719</u>

10 Transações com partes relacionadas

São definidos como partes relacionadas os seguintes entes:

- Quaisquer entidades integrantes do Sistema SEBRAE
- Pessoal chave da Administração
- Fundo de Previdência Privada (SEBRAEPREV)

As transações com as partes relacionadas estão resumidas a seguir:

Transações com o Sistema SEBRAE

a. Créditos com o Sistema SEBRAE

Descrição	30/06/2017			31/12/2016		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Recursos CSO a Receber (i)	2.985	-	2.985	2.109	-	2.109
Recursos de CSN a receber (ii)	1.121	-	1.121	265	-	265
Total	4.106	-	4.106	2.374	-	2.374

- (i) Nesta rubrica são registrados créditos a receber do SEBRAE/NA, relativo aos recursos de “Contribuições Sociais Ordinárias - CSO”. Conforme diretrizes orçamentárias definidas para a elaboração do Plano Plurianual do período de 2014 a 2017 e do orçamento de 2016 do sistema SEBRAE são estabelecidas as receitas sociais ordinárias para cada unidade do SEBRAE.

Não há aplicação de juros ou quaisquer ônus sobre os recursos a receber.

- (ii) Créditos de CSN a receber mediante comprovação dos gastos com projetos vinculados.

b. Obrigações com o Sistema SEBRAE

Descrição	30/06/2017			31/12/2016		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
CSN a comprovar (i)	4.511	-	4.511	-	-	-
CSN a devolver	-	-	-	3.014	-	3.014
Outros débitos (ii)	52	-	52	130	-	130
Empréstimos captados (ii)	942	2.827	3.769	908	3.178	4.086

Total	<u>5.505</u>	<u>2.827</u>	<u>8.332</u>	<u>4.052</u>	<u>3.178</u>	<u>7.230</u>
--------------	--------------	--------------	--------------	--------------	--------------	--------------

- (i) Nesta rubrica são registradas as obrigações com o SEBRAE/NA, relativo aos recursos de “Contribuições Sociais Nacionais - CSN”, recebidos e ainda não aplicados nos projetos específicos a que se destinam. Por ocasião do encerramento do exercício, conforme prevê a IN 37-20, o valor da CSN não utilizado será devolvido ao SEBRAE/NA. O registro mensal da receita CSN é feito com base nas informações do relatório de transferência do Sistema de Monitoramento Estratégico (SME). Ao final do exercício de 2017 os acertos contábeis no SEBRAE/PI e no SEBRAE/NA deverão manter o equilíbrio entre os registros de direito e obrigação entre as partes. As informações do relatório de transferência de CSN do SME serão utilizadas como única fonte de informação para o acerto final do exercício.
- (ii) Valores referem-se à aquisição de licenças de uso de softwares, as quais foram pagas pelo SEBRAE Nacional e repassadas para cada unidade com seu respectivo valor por meio do contrato 538/14 e resolução Direx 1931/2014, a ser pago em 24 parcelas, sem correção e com previsão de término em outubro/2017.
- (iii) Nesta rubrica, são registradas as obrigações com o SEBRAE/NA, relativas aos recursos de empréstimos recebidos mediante antecipação de receitas, com vistas à ampliação da sede e à aquisição de imóvel contíguo à sede localizada à Av. Campos Sales, nº 1.046, Centro, conforme decisão CDN nº 261/2011 e Resolução DIREX nº 2.016/11 SEBRAE Nacional. O SEBRAE/PI pagará em 87 (oitenta e sete) parcelas mensais, corrigidas pela variação da TJLP, com previsão de término em junho de 2021.

Transações de resultado

Descrição	01/04/2017 a 30/06/2017	01/01/2017 a 30/06/2017	01/04/2016 a 30/06/2016	01/01/2016 a 30/06/2016
Contribuição Social Ordinária (CSO)	9.247	18.523	9.843	18.456
Contribuição Social Nacional (CSN)	2.849	4.131	2.868	4.439
Total	<u><u>12.096</u></u>	<u><u>22.654</u></u>	<u><u>12.711</u></u>	<u><u>22.895</u></u>

As transações que afetam o resultado correspondem às contribuições sociais ordinárias, conforme distribuição definida pelo SEBRAE/NA, com base na arrecadação do ano anterior acrescido da expectativa de aumento previsto para o exercício atual.

c. Operações com pessoal-chave da Administração

Empréstimos para diretores

A Entidade não concede empréstimos a diretores e a outros dirigentes. Foi concedido empréstimo ao diretor administrativo-financeiro através do SEBRAEPREV.

Remuneração de pessoal-chave da Administração

Contemplam os membros do Conselho Deliberativo, Fiscal e Diretoria Executiva. De acordo com o art.9º, inciso VII do Estatuto Social do SEBRAE Nacional e Art. 6º. Do Estatuto Social do SEBRAE/PI é princípio sistêmico a não remuneração dos membros dos Conselhos Deliberativos e Fiscal. É competência do Conselhos Deliberativo Nacional - CDN e Estadual - CDE a definição de remuneração e benefícios da Diretoria Executiva.

Demonstrativo com valores acumulados de remuneração do pessoal chave da Administração:

Descrição	01/04/2017	01/01/2017	01/04/2016	01/01/2016
	a 30/06/2017	a 30/06/2017	a 30/06/2016	a 30/06/2016
Remuneração	346	835	314	719
Benefícios	42	87	36	77
Total	388	922	350	796

Os valores envolvendo a entidade de previdência complementar - SEBRAEPREV - estão descritos na Nota Explicativa nº 26.

11 Imobilizado

A seguir a movimentação do ativo imobilizado no 1º semestre de 2017:

Custo	Taxa anual de depreciação	Saldo em 31/12/2016	Aquisições	Baixas	Valor em 30/06/2017
Terreno	-	1.343	-	-	1.343
Edificações	1,67 a 2,2%	8.400	8.356	-	16.756
Obras em andamento	-	8.260	96	(8.356)	-
Móveis e utensílios	10 e 20%	1.637	47	-	1.684
Veículos e acessórios	11 a 27,5%	824	-	-	824
Máquinas/equipamentos	5 e 10%	1.219	45	-	1.264
Equipamentos de Informática	6,6 a 50%	2.486	1	-	2.487
Instalações	10%	17	-	-	17
Total do custo		24.186	8.546	(8.356)	24.375
Depreciação acumulada					
Terreno	-	-	-	-	-
Edificações	1,67 a 2,2%	(3.241)	(121)	-	(3.362)
Móveis e utensílios	10 e 20%	(1.197)	(30)	-	(1.227)
Veículos e acessórios	11 a 27,5%	(594)	(44)	-	(638)
Máquinas/equipamentos	5 e 10%	(706)	(42)	-	(748)
Equipamentos de Informática	6,6 a 50%	(1.659)	(169)	-	(1.827)
Instalações	10%	(17)	-	-	(17)
Total da depreciação acumulada		(7.414)	(406)	-	(7.819)
Provisão p/ perdas Veículos		(26)	-	-	(26)
Total líquido		16.746	-	-	16.530

12 Benefícios a empregados de curto prazo

As obrigações correspondem a saldos em aberto a pagar decorrentes de benefícios aos empregados:

Descrição	30/06/2017	31/12/2016
Encargos sociais a recolher	386	399
Consignações da folha de pagamento	4	7

Total	390	406
-------	-----	-----

13 Obrigações tributárias

Descrição	30/06/2017	31/12/2016
ISS sobre serviços PJ a recolher	3	115
IRRF sobre salários a recolher	121	230
PIS/COFINS/CSLL ret. sobre serv. PJ a recolher	62	103
INSS retido sobre serviços PJ a recolher	26	42
IRRF sobre PJ a recolher	16	29
PIS a recolher	10	19
Outros	3	1
Total	241	539

14 Contas a pagar a fornecedores e outros

Descrição	30/06/2017	31/12/2016
Fornecedores	487	748
Outras obrigações	3	-
Total	490	748

15 Obrigações trabalhistas

Descrição	30/06/2017	31/12/2016
Férias e encargos	1.718	1.790
13º Salário e encargos	588	-
Total	2.306	1.790

Corresponde às provisões de férias e 13º salário e os respectivos encargos sociais pertinentes constituídas em função dos direitos adquiridos pelo quadro de pessoal até a data do balanço.

16 Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas.

A seguir demonstramos a composição das obrigações, por natureza, relacionadas aos processos judiciais e administrativos classificados pela assessoria interna do SEBRAE/PI como risco "provável" de perda:

Descrição	Depósitos judiciais		Provisão	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
Riscos trabalhistas	28	19	-	-
Riscos cíveis	19	19	18	18
Riscos fiscais	14.375	12.536	14.283	12.504
Total	14.422	12.574	14.301	12.522

A Entidade vem questionando judicialmente débitos fiscais considerados como devidos pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), relativos ao processo nº 2004.40.00.07256-0, no montante de R\$ 1.200 (valores históricos) referente a 5 Notificações de Lançamento de Débito - NFLD do período de 1991 a 2001 sobre INSS sobre pagamento de autônomos, INSS sobre pagamento de diretores não empregados, INSS construção (obra do prédio) e INSS sobre diárias de empregados superiores a 50% do salário (configuração de salário contribuição). Essas NFLD foram questionadas administrativamente, sem êxito, e a Entidade ingressou com ação anulatória dos débitos, com pedido de liminar (emissão de certidão negativa), no entanto a ação foi julgada improcedente em 1ª Instância e atualmente encontra-se em fase de apelação (2ª Instância). Os assessores legais da Entidade entendem como remoto o risco a perda da Entidade na referida ação.

Em relação às obrigações fiscais - INSS -, a partir da competência de abril/2012 a Entidade passou a recolher o INSS sobre a folha de pagamento e serviços prestados - PF - Parte Empregador, através de depósitos judiciais, Processo nº 2008.4000.003027-3 Secretaria da Receita Federal do Brasil, ajuizando ação, visando a exoneração e recuperação dos valores pagos a título de contribuição previdenciária. Em 30 de junho de 2017, a Entidade possui provisão no valor de R\$ 13.982 constituída e o mesmo valor em depósitos judiciais.

As provisões foram constituídas com base no relatório da assessoria jurídica do SEBRAE/PI datado de 31 de março de 2017.

O SEBRAE/PI possui os seguintes valores relativos a processos classificados por nossa assessoria jurídica com probabilidade de perda "possível", os quais não possuem provisão reconhecida nas demonstrações financeiras:

Descrição	Valor	
	30/06/2017	31/12/2016
Riscos Trabalhistas	-	-
Riscos Cíveis	1	50
Total	1	50

Processos

- 0003126-39.2009.8.18.0140
Autor: ECAD

17 Patrimônio líquido

a. Composição

O patrimônio líquido é representado pelos superávits acumulados bem como pelo saldo de ajuste de avaliação patrimonial representado pela mais valia do custo atribuído dos bens do ativo imobilizado quando da adoção inicial do Pronunciamento Técnico CPC 27, sendo este realizado de acordo com a depreciação ou baixa dos bens de origem.

b. Superávits acumulados

Refere-se aos resultados apurados em exercícios/períodos anteriores.

c. Superávit do período

Representa o resultado auferido no período corrente. Após deliberação pela Administração, esses valores são absorvidos pelo patrimônio social da Entidade.

18. Receitas operacionais

Descrição	01/04/2017	01/01/2017	01/04/2016	01/01/2016
	a	a	a	a
	30/06/2017	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2016
Contribuição Social – CSO	9.247	18.523	9.843	18.456
Contribuição Social do Nacional – CSN	2.849	4.131	2.868	4.439
Total	12.096	22.654	12.711	22.895

a. Contribuição Social Ordinária (CSO)

Nesta conta são registradas as contribuições sociais ordinárias, conforme distribuição definida pelo SEBRAE Nacional, com base na arrecadação do ano anterior acrescida da expectativa de diminuição previsto para o exercício atual.

b. Contribuição Social Nacional (CSN)

Recursos transferidos pelo SEBRAE/NA para o SEBRAE/PI para execução de: chamadas públicas de projetos, projetos especiais, projetos estruturantes e ressarcimentos de despesas com destinação específica do orçamento do SEBRAE/PI (IN 37.20)

19. Receitas de empresas beneficiadas

Nessa rubrica são registradas as receitas oriundas da prestação de serviços a terceiros, como treinamento, elaboração de projetos, consultoria, palestras, entre outros, conforme demonstrado:

Descrição	01/04/2017	01/01/2017	01/04/2016	01/01/2016
	a	a	a	a
	30/06/2017	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2016
Treinamentos	70	123	78	137
Consultoria	99	196	176	347
Feiras/locação de espaços	48	140	69	80
Livros e prospectos	1	1	2	3
Palestras	6	8	4	6
Empretec	9	22	21	38
Outras	10	11	-	-

Total	243	501	350	611
--------------	------------	------------	------------	------------

Destaca-se no período de 2017 as receitas de prestação de serviços com consultoria, treinamento e com a receita obtida com feiras.

20. Receita de convênios, subvenções e auxílios financeiros

Nessa rubrica são registradas as receitas oriundas da utilização dos recursos recebidos de convênios firmados com o SEBRAE/NA e outras Entidades, referente à execução de projetos pelo SEBRAE/PI.

21. Outras receitas operacionais

Descrição	01/04/2017	01/01/2017	01/04/2016	01/01/2016
	a	a	a	a
	30/06/2017	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2016
Recuperação e restituições	30	30	39	45
Aluguéis	2	3	3	7
Outras	5	7	5	11
Total	37	40	47	63

22. Despesas com pessoal, encargos e benefícios sociais.

Descrição	01/04/2017	01/01/2017	01/04/2016	01/01/2016
	a	a	a	a
	30/06/2017	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2016
Descrição				
Salários e proventos	(2.708)	(5.162)	(2.418)	(4.551)
13º Salário	(238)	(479)	(213)	(422)
Férias	(311)	(746)	(299)	(700)
Outros gastos com pessoal	(104)	(195)	(83)	(170)
Encargos Sociais	(828)	(1.786)	(937)	(1.833)
Benefícios Sociais	(977)	(2.108)	(924)	(2.025)
Total	(5.166)	(10.476)	(4.874)	(9.701)

Nesta rubrica são registradas as despesas com salários, rescisões, horas extras, adicionais e outros proventos, bem como encargos e benefícios relacionados à folha de pagamento.

Variações relevantes:

- A variação positiva no 1º semestre/2017 se deve ao aumento linear para funcionários ocorridos em janeiro de 2017 de 7%, como também no tíquete alimentação.

23.Despesas com serviços profissionais e contratados

Descrição	01/04/2017	01/01/2017	01/04/2016	01/01/2016
	a	a	a	a
	30/06/2017	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2016
Instrutoria e consultoria	(2.379)	(3.550)	(3.065)	(4.314)
Serviços técnicos especializados	(352)	(661)	(600)	(789)
Manutenção, segurança e limpeza	(215)	(420)	(258)	(395)
Demais serviços contratados	(1.148)	(2.166)	(1.072)	(1.746)
Encargos sociais sobre serviços de terceiros	(2)	(4)	(3)	(7)
Total	(4.096)	(6.801)	(4.998)	(7.251)

Variações relevantes

Instrutoria e consultoria (-17,71%): variação negativa 1º semestre/2017: houve uma diminuição na oferta de consultoria no 1º semestre de 2017 em relação ao ano de 2016.

Serviços técnicos especializados (16,23%): variação negativa 1º semestre/2017 relativo a rubrica de despesas com manutenção suporte técnico software terceiros por conta do serviço de unidades de armazenamento tipo storage e renovação da garantia e licença adicionais NetApp, para expansão da atual solução existente no SEBRAE/PI realizado em maio/2016 pela empresa Integrasys Comercio e Serviços de Informática Ltda (R\$ 213 mil), não ocorrendo em 2017 esta despesa.

Demais serviços contratados (24,05%): a variação positiva no 1º semestre/2017 se deve ao aumento na rubrica de despesas com organização e promoção de eventos: tendo como destaque a realização dos eventos: congresso das cidades; circuito cultural de Campo Maior; 4º Picos fest bezerro; semana do MEI; V Expoeiras e festival de inverno de Pedro II.

24. Custos e despesas de operacionalização

Nesse grupo são registrados todos os gastos com aluguéis de equipamentos, veículos, imóveis, publicidade, espaços para feiras, serviços gráficos, materiais de consumo, passagens e transportes, diárias e hospedagem, referente aos diversos projetos da Entidade.

Descrição	01/04/2017	01/01/2017	01/04/2016	01/01/2016
	a	a	a	a
	30/06/2017	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2016
Despesas de viagem	(423)	(737)	(536)	(724)
Aluguéis e encargos	(524)	(933)	(489)	(929)
Divulgação, anúncios, publicidade e propaganda	(274)	(338)	(322)	(358)
Serviços gráficos e de reprodução	(88)	(174)	(85)	(109)
Serviços de comunicação em geral	(194)	(395)	(125)	(237)
Materiais de consumo	(182)	(317)	(224)	(390)
Demais custos e despesas	(204)	(377)	(219)	(439)
Total	(1.889)	(3.271)	(2.000)	(3.186)

Variações relevantes

Serviços gráficos e de reprodução (59,64%): este crescimento foi ocasionado principalmente pela confecção de materiais para realização do evento Congresso das Cidades em março/2017, o mesmo não ocorrendo em 2016.

Materiais de consumo (-18,72%): contribuíram para este decréscimo a redução da execução do número de capacitações/consultorias em relação ao mesmo período de 2016.

25. Resultado financeiro líquido

A seguir apresentamos o resultado financeiro líquido referente aos períodos findos em 30 de junho de 2017 e 2016, das receitas e despesas financeiras decorrentes das aplicações dos recursos da Entidade.

Descrição	01/04/2017	01/01/2017	01/04/2016	01/01/2016
	a	a	a	a
	30/06/2017	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2016
Receitas financeiras				
Rendimentos Recursos Ordinários	133	170	286	470
Rendimentos Recursos Próprios	121	358	203	396
Variações monetárias ativas	299	636	300	572
Subtotal	553	1.164	789	1.438
<hr/>				
Despesas financeiras	(6)	(12)	(8)	(13)
Variações monetárias passivas	(318)	(622)	(274)	(521)
Resultado financeiro líquido	229	530	507	904

As receitas financeiras estão representadas, basicamente, por rendimentos decorrentes das aplicações da Entidade em fundos de renda fixa, objetivando resguardá-los da desvalorização monetária por conta da inflação, enquanto as despesas financeiras por encargos cobrados por instituições financeiras, tais como juros e taxas bancárias.

26. Benefícios a empregados pós-emprego

26.1 Descrição geral das características do plano

O plano SEBRAEPREV possui benefícios de risco que podem gerar ganhos ou perdas atuariais. O plano possui as seguintes características:

Os benefícios de contribuição definida assegurados pelo plano SEBRAEPREV são:

- Aposentadoria normal;
- Aposentadoria antecipada;
- Aposentadoria por invalidez;
- Pensão por morte;
- Institutos de auto patrocínio, benefício proporcional diferido e portabilidade;

Os benefícios de risco assegurados pelo plano SEBRAEPREV aos seus participantes são:

- Projeção de contribuição em caso de invalidez;
- Projeção de contribuição em caso de morte;

O referido plano não inclui:

- Benefícios de demissão;
- Benefícios de longo prazo, que não sejam aposentadorias e pensões; e
- Plano de assistência médica para empregados, ou participantes e assistidos.
- Para se calcular os valores envolvidos o SEBRAE /PI contrata anualmente, por ocasião do encerramento do exercício social, empresa especializada para cálculo de possíveis obrigações atuariais a serem contabilizadas em suas demonstrações financeiras, a qual concluiu que observada a avaliação atuarial do exercício de 2015 em conformidade com o CPC 33 R1 e verificando a inexistência de passivo atuarial bem como de benefícios econômicos para o Patrocinador o SEBRAE/PI não necessita de manter provisionamento em 31/12/2016 para o Plano de Benefícios SEBRAEPREV referente a benefícios pós-emprego a empregados.
- O total de contribuições reconhecidas como despesas nas demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2017 monta R\$174 conforme demonstrado a seguir:

Contribuições	30/06/2017	30/06/2016
Participantes	229	190
Básica	192	165
Serviços passados	12	11
Voluntárias	25	14
Patrocinador	174	155
Básica	168	149
Benefícios de Risco	6	6
Total	403	345

27.Cobertura de seguros

Em 30 de junho de 2017, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$ 5.000 para sede social (proposta nº 31419989303996461) , R\$ 1.869 para cobertura dos veículos (apólices nº 042224, 039578, 039579, 037102 proposta nº 423209970, 71670 e 422650567) e R\$ 5.000 responsabilidade civil (apólice nº 02798201501030000022) e não havendo cobertura para lucros cessantes para a Entidade.

Os bens móveis e imóveis compostos por equipamentos, máquinas, móveis e utensílios e demais instalações relacionadas aos prédios administrativos, componentes do Ativo Imobilizado, conforme os critérios de riscos constantes do relatório técnico estão cobertos até 03 de fevereiro de 2018, por contrato de seguro para riscos nomeados contra incêndio, raio, explosão e danos elétricos, cujo custo do prêmio foi de R\$ 4 e a importância segurada de R\$ 5.000

28. Instrumentos financeiros - Gestão de riscos

A Entidade poderá estar exposta, em virtude de suas atividades, aos seguintes riscos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado (taxa de juros).

Não houve nenhuma alteração substancial na exposição aos riscos de instrumentos financeiros da Entidade, seus objetivos, políticas e processos para a gestão desses riscos ou os métodos utilizados para mensurá-los a partir de períodos anteriores, a menos que especificado o contrário nesta nota.

Principais instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros utilizados pela Entidade, dos quais surgem os riscos de instrumentos financeiros, são os seguintes:

- Caixa e equivalentes de caixa (inclui: caixa, contas bancárias e aplicações em fundos de investimento).
- Contas a receber.
- Contas bancárias e aplicações vinculadas a programas especiais.
- Contas a pagar a fornecedores e outras.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Entidade incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros ativos. O risco de crédito para a Entidade surge preponderantemente das disponibilidades decorrentes de depósitos em bancos e aplicações financeiras em fundos de investimentos financeiros administrados pelo Banco do Brasil S.A. ou Caixa Econômica Federal. A Entidade julga que o risco de crédito é mitigado em razão da qualidade das instituições financeiras depositárias e pelo tipo de papel aplicado pelos fundos de investimento que são representados relevantemente por títulos públicos federais. Os valores derivados de recebíveis de terceiros possuem provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota Explicativa nº 6). Outros recebíveis são decorrentes de transação com o próprio Sistema SEBRAE, cujo risco de crédito de praticamente nulo.

A Entidade não contrata instrumentos financeiros derivativos para gerenciar o risco de crédito.

Exposição a risco de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Nota	30/06/2017	31/12/2016
Caixa e equivalentes de caixa	4	42	84
Aplicações financeiras	5	10.335	8.870
Contas a receber de clientes	6	109	159

Outros créditos a receber	9	302	719
Créditos com o Sistema SEBRAE	10	4.106	2.374

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Entidade irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Entidade na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade.

Em 30 de junho de 2017, o fluxo de pagamentos para os passivos financeiros da Entidade é apresentado a seguir (valores contábeis):

Passivos financeiros	Nota	Valor em			
		30/06/2017	Até 6 meses	1 ano	Mais de 1 ano
Benefícios a empregados e obrigações fiscais	12 e 13	531	531	-	-
Contas a pagar a fornecedores e outros	14	490	490	-	-
Obrigações trabalhistas	15	2.306	1.639	560	107
Obrigações com o Sistema SEBRAE	10	5.505	4.603	902	-

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro 2016, não há inadimplência de pagamento de obrigações pela Entidade.

Risco de mercado (taxa de juros)

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Entidade vir a sofrer perdas (ou ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros que são aplicadas aos seus passivos e ativos captados (aplicados) no mercado. Os instrumentos financeiros sujeitos ao risco de mercado estão representados, relevantemente, pelos papéis aplicados por meio de fundos de investimento administrados pelo Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal. Conforme comentado nas Notas Explicativas nºs 4 e 5, as aplicações por meio dos fundos de investimento são relevantemente efetuadas em títulos públicos federais, cuja volatilidade dos indexadores vinculados é baixa.

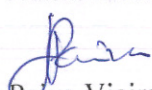
Adicionalmente, para a gestão dos investimentos financeiros, o Sistema SEBRAE por meio do SEBRAE Nacional possui contrato de prestação de serviços com consultoria técnica externa que efetua acompanhamento periódico do comportamento dos títulos e valores mobiliários constantes nas carteiras dos fundos de investimentos, bem como da rentabilidade auferida mensalmente em comparação com os principais indicadores financeiros de mercado.

A Entidade não tem operações atreladas à variação da taxa de câmbio.

Mário José Lacerda de Melo
Diretor Superintendente

Ulysses Gonçalves Nunes de Moraes
Diretor Administrativo- Financeiro

Delano Rodrigues Rocha
Diretor Técnico


José de Paiva Vieira Filho
Contador – CRC/PI 005367

**Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
do Estado do Piauí - SEBRAE/PI**

Balancos patrimoniais em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	30/06/2017	31/12/2016	Passivo	Nota	30/06/2017	31/12/2016
Ativo circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.842	1.973	Passivo circulante			
Aplicações Financeiras	5	4.044	6.982	Benefícios a empregados de curto prazo	12	390	406
Valores a receber	6	109	159	Obrigações tributárias	13	241	539
Numerais vinculados a convênios e programas	7	5.022	-	Contas a pagar a fornecedores e outras	14	490	748
Adiantamentos concedidos	8	603	282	Obrigações trabalhistas	15	2.306	1.790
Créditos com o Sistema SEBRAE	10	4.106	2.374	Obrigações com o Sistema SEBRAE	10	5.505	4.052
Outros créditos a receber	9	302	719				
Total do ativo circulante		16.028	12.489	Total do passivo circulante		8.934	7.535
Ativo não circulante							
Depósitos judiciais	16	14.422	12.574	Passivo não circulante			
Imobilizado	11	16.530	16.746	Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	16	14.301	12.522
				Obrigações com o Sistema SEBRAE	10	2.827	3.178
Total do ativo não circulante		30.952	29.320	Total do passivo não circulante		17.127	15.700
Total do ativo		46.979	41.809	Total do passivo		26.061	23.235
				Patrimônio líquido	17		
				Superáv. acumulados		14.425	12.109
				Superáv. do exercício		2.344	2.265
				Ajustes de avaliação patrimonial		4.149	4.200
				Total do patrimônio líquido		20.918	18.574
				Total do passivo e patrimônio líquido		46.979	41.809

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Mário José Lacerda de Melo
Diretor Superintendente

Ulysses Gonçalves Nunes de Moraes
Diretor Administrativo-Financeiro

Delano Rodrigues Rocha
Diretor Técnico

José de Paula Vieira Filho
Contador - CRC/PI 005367

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
do Estado do Piauí - SEBRAE/PI

Demonstrações de resultados

Períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	01/04/2017 a 30/06/2017	01/01/2017 a 30/06/2017	01/04/2016 a 30/06/2016	01/01/2016 a 30/06/2016
Receitas				
Receitas com Contribuição Social (CSO)	9.247	18.523	9.843	18.456
Receitas com Contribuição Social do Nacional (CSN)	2.849	4.131	2.868	4.439
Receitas de empresas beneficiadas	243	501	350	611
Receitas de convênios, subvenções e auxílios financeiros	-	11	104	104
Outras receitas operacionais	37	40	47	63
Total das Receitas	12.376	23.206	13.212	23.673
Despesas				
Despesas com pessoal, encargos e benefícios sociais	(5.166)	(10.476)	(4.874)	(9.701)
Despesas com serviços profissionais e contratados	(4.096)	(6.801)	(4.998)	(7.251)
Custos e despesas de operacionalização	(1.889)	(3.271)	(2.000)	(3.186)
Encargos diversos	(97)	(186)	(168)	(252)
Transferências	-	-	-	(1.020)
Despesas com provisões	(232)	(252)	19	(26)
Despesas com depreciação e amortização	(203)	(406)	(200)	(397)
Outras despesas	-	-	-	-
Total de Despesas	(11.684)	(21.392)	(12.221)	(21.833)
Superavit antes do resultado financeiro líquido	692	1.814	991	1.840
Receitas Financeiras	553	1.164	789	1.438
Despesas Financeiras	(324)	(634)	(282)	(534)
Resultado financeiro líquido	229	530	507	904
Superavit do exercício	921	2.344	1.498	2.744

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Mário José Lacerda de Melo
Diretor Superintendente

Ulysses Gonçalves Nunes de Moraes
Diretor Administrativo-Financeiro

Delano Rodrigues Rocha
Diretor Técnico

Jose de Paiva Vieira Filho
Contador - CRC/PI 005367

**Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
do Estado do Piauí - SEBRAE/PI**

Demonstrações de resultados abrangentes

Períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

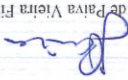
	01/04/2017 a 30/06/2017	01/01/2017 a 30/06/2017	01/04/2016 a 30/06/2016	01/01/2016 a 30/06/2016
Superávit (déficit) do período	921	2.344	1.498	2.744
Outros resultados abrangentes:	-	-	-	-
Resultado abrangente total	921	2.344	1.498	2.744

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Mário José Lacerda de Melo
Diretor Superintendente

Ulisses Gonçalves Nunes de Moraes
Diretor Administrativo-Financeiro

Delano Rodrigues Rocha
Diretor Técnico


 José de Paiva Vieira Filho
 Contador - CRC/PI 005367

**Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
do Estado do Piauí - SEBRAE/PI**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Período de seis meses findos em 30 de junho de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

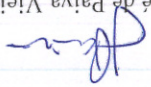
	Saldo em 1º de janeiro de 2016	Realização do ajuste de avaliação patrimonial	Superávit do período	Saldo em 30 de junho de 2016
Saldo em 1º de janeiro de 2016	12.008	51	-	12.059
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	51	(51)	-	-
Superávit do período	2.744	-	-	2.744
Saldo em 30 de junho de 2016	14.803	4.250	-	19.053
Saldo em 1º de janeiro de 2017	14.374	4.200	-	18.574
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	51	(51)	-	-
Superávit do período	2.344	-	-	2.344
Saldo em 30 de junho de 2017	16.769	4.149	-	20.918

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Mário José Lacerda de Melo
Diretor Superintendente

Ulysses Gonçalves Nunes de Moraes
Diretor Administrativo-Financeiro

Delano Rodrigues Rocha
Diretor Técnico


José de Paiva Vieira Filho
Contador - CRC/PI 005367

Balanco Orçamentário, Comparativo e Demonstrativo de Receita e Despesa

Balanco Orçamentário

SEBRAE-PI (R\$ mil)

Recargas	Previsão no Ano		% Δ (b/a)	Executada (c)	Executada % (c/a)	Executada % (c/b)	Despesas		Previsão no Ano Original (a)	Previsão no Ano Ajustado (b)	% (b/a)	Executada (c)	Executada % (c/a)	Executada % (c/b)
	Original (a)	Ajustado (b)					Total Geral Despesas	Superávit Total						
Recargas Correntes:	57.053	50.618	6,2%	23.735	41,6%	39,2%	Despesas Correntes	56.573	60.628	7,2%	21.268	37,6%	35,1%	
Contribuição Social Ordinária - CSO	37.120	37.120	0,0%	18.523	49,9%	49,9%	Pessoal, Encargos e Benefícios	21.350	21.346	-0,0%	10.476	49,1%	49,1%	
CSO - Saldo Exercício Anterior	0	0	0,0%	0	0,0%	0,0%	Serviços Profissionais e Contratados	25.511	28.497	11,7%	6.801	26,7%	23,9%	
CSO - Ressarcimentos	0	0	0,0%	0	0,0%	0,0%	Demais Despesas Operacionais	8.262	8.877	7,4%	3.271	39,6%	36,9%	
CS do Sebrae/NA - Aprovada	6.295	20.040	218,4%	4.131	65,6%	20,6%	Encargos Diversos	430	430	0,0%	209	48,7%	48,7%	
CS do Sebrae/NA - Proposta	10.198	0	0,0%	0	0,0%	0,0%	Transferências	1.020	1.478	44,9%	510	50,0%	34,5%	
Convênios com Sebrae/NA	0	400	0,0%	11	2,7%	0,0%								
Convênios com Parceiros	400	400	0,0%	0	0,0%	0,0%								
Aplicações Financeiras	1.484	1.484	0,0%	528	35,6%	35,6%								
Empresas Beneficiárias	1.484	1.474	1,2%	501	34,4%	34,0%								
Outras Recargas	100	100	0,0%	40	40,1%	40,1%								
							Superávit Corrente				2.466			
Recargas de Capital	0	0	0,0%	0	0,0%	0,0%	Despesas de Capital	2.146	1.834	-14,5%	881	41,0%	48,0%	
Alienação de Bens	0	0	0,0%	0	0,0%	0,0%	Investimentos / Outros	1.046	734	-29,8%	342	32,7%	46,6%	
Operações de Crédito	0	0	0,0%	0	0,0%	0,0%	Amortização de Empréstimos	1.100	1.100	0,0%	539	49,0%	49,0%	
Saldo Financeiro de Exercícios Anteriores	4.500	3.893	-13,7%	0	0,0%	0,0%	Fundo de Reserva	2.834	2.038	-28,1%	0	0,0%	0,0%	
Recargas Totais	61.553	64.500	4,8%	23.735	38,6%	36,8%	Despesas Totais	61.553	64.500	4,8%	22.149	36,0%	34,3%	
							Superávit Total				1.688			
Total Geral Recargas	61.553	64.500	4,8%	23.735	38,6%	36,8%	Total Geral Despesas	61.553	64.500	4,8%	23.735	38,6%	38,8%	

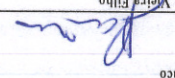
* Filtros : PPÁ, PPÁ 2017 - 2020 | Fotografia Junho | Sebrae-PI |

Mário José Laercio de Melo
Diretor Superintendente

Ulysses Gonçalves Nunes de Moraes
Diretor Administrativo-Financeiro

Delano Rodrigues Rocha
Diretor Técnico

Jose de Gênia Vieira Filho
Contrador - CRC/PI 005367



Deiano Rodrigues Rocha
Diretor Técnico

Ulisses Gonçalves Nunes de Moraes
Diretor Administrativo-Financeiro

Mario José Lacerda de Melo
Diretor Superintendente

• Filtrou : PPA: PPA 2017 - 2020 | Fotografia: Junho | Sebrae: PI

DESEMBOLSOS		INGRESSOS	
Valor	Especificação (Desembolsos)	Valor	Especificação (Ingressos)
21.577,474	DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES (Desembolsos)	23.734,828	DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES (Ingressos)
18.523,091	Pessoal, Encargos e Benefícios Sociais	18.523,091	Contribuição Social Ordinária - CSO (Ingressos)
6.801,113	- Serviços Profissionais e Contratos (Desembolsos)	6.801,113	CSO-Ressarcimento de viagem
3.271,349	Despesas de Operacionalização	3.271,349	Empresas Beneficiadas
209,495	10.833 Encargos Diversos (Desembolsos)	209,495	Convenções
501,123	501,123 Transferências (CSO)	501,123	Receitas Financeiras (Ingressos)
528,407	528,407 Transferências (CSN)	528,407	Outras Receitas
40,129	40,129 Transferências (Convênios)	40,129	Depósitos Judiciais
510,000	510,000	510,000	DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS (Ingressos)
249,070	249,070	249,070	Alienação de Bens
92,620	92,620	92,620	Receitas FAMPÉ (TCA, Rendimentos e Recup. Aval)
92,620	92,620	92,620	DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS (Desembolsos)
92,620	92,620	92,620	- Aquisição de Bens
538,824	538,824	538,824	Recebimento de Empréstimos Concedidos
538,824	538,824	538,824	DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS (Ingressos)
3.428,349	3.428,349	3.428,349	Recebimentos de Empréstimos
3.428,349	3.428,349	3.428,349	Recebimento de Empréstimos Concedidos
3.428,349	3.428,349	3.428,349	DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS (Desembolsos)
3.428,349	3.428,349	3.428,349	- Amortizações de Empréstimos Recebidos
3.428,349	3.428,349	3.428,349	DAS DESPESAS NÃO DESEMBOLSADAS
3.428,349	3.428,349	3.428,349	Pessoal, Encargos, Impostos e Fornecedores a pagar
3.428,349	3.428,349	3.428,349	CSO a transferir para os Sebrae/UF
3.428,349	3.428,349	3.428,349	Outros valores a liberar p/ Sebrae/UF
3.428,349	3.428,349	3.428,349	SOMA DAS ATIVIDADES (Desembolsos)
3.428,349	3.428,349	3.428,349	Supervit Financeiro do Orçamento
3.428,349	3.428,349	3.428,349	23.734,828
3.428,349	3.428,349	3.428,349	TOTAL
3.428,349	3.428,349	3.428,349	DESEMBOLSOS NÃO ORÇAMENTÁRIOS
3.428,349	3.428,349	3.428,349	4.511,314 CSN de Exercício Anterior
3.428,349	3.428,349	3.428,349	228 CSO de Exercício Anterior
3.428,349	3.428,349	3.428,349	Recuperação de Depósitos Judiciais
3.428,349	3.428,349	3.428,349	Recuperação de Depósitos Judiciais
3.428,349	3.428,349	3.428,349	Receta Aplicação Funding
3.428,349	3.428,349	3.428,349	Receitas Exercícios Anteriores
3.428,349	3.428,349	3.428,349	Despesas de Exercícios Anteriores
3.428,349	3.428,349	3.428,349	- Despesas de Exercícios Anteriores
3.428,349	3.428,349	3.428,349	Debitos Diversos
3.428,349	3.428,349	3.428,349	Debitos Diversos para Perdas Diversas
3.428,349	3.428,349	3.428,349	- Outros valores a liberar p/ Sebrae/UF Exerc. Ant.
3.428,349	3.428,349	3.428,349	Recuperação de Convênios
3.428,349	3.428,349	3.428,349	Débitos Diversos
3.428,349	3.428,349	3.428,349	Débitos Diversos
3.428,349	3.428,349	3.428,349	Déficit Extra Orçamentário
3.428,349	3.428,349	3.428,349	1.985,743
3.428,349	3.428,349	3.428,349	Supervit Extra Orçamentário (Desembolsos)
3.428,349	3.428,349	3.428,349	6.497,285
3.428,349	3.428,349	3.428,349	TOTAL NÃO ORÇAMENTÁRIO (Ingressos)
3.428,349	3.428,349	3.428,349	OUTROS INGRESSOS
3.428,349	3.428,349	3.428,349	SALDO FINANCEIRO INICIAL
3.428,349	3.428,349	3.428,349	CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (Incial)
3.428,349	3.428,349	3.428,349	CAIXA (Incial)
3.428,349	3.428,349	3.428,349	Bancos Conta Movimento (Incial)
3.428,349	3.428,349	3.428,349	Bancos Conta Movimento (Atual)
3.428,349	3.428,349	3.428,349	83,908 Bancos Conta Movimento (Atual)
3.428,349	3.428,349	3.428,349	8.870,320 Aplicações Financeiras (Atual)
3.428,349	3.428,349	3.428,349	Aplicações Financeiras (Incial)
3.428,349	3.428,349	3.428,349	Aplicações Financeiras (Atual)
3.428,349	3.428,349	3.428,349	103 Caixa (Atual)
3.428,349	3.428,349	3.428,349	8.954,331 CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (Atual)
3.428,349	3.428,349	3.428,349	OUTROS DESEMBOLSOS
3.428,349	3.428,349	3.428,349	SALDO FINANCEIRO ATUAL
3.428,349	3.428,349	3.428,349	OUTRAS DISPONIBILIDADES DE CP (Atual)
3.428,349	3.428,349	3.428,349	3.534,694
3.428,349	3.428,349	3.428,349	OUTRAS DISPONIBILIDADES DE CP (Incial)
3.428,349	3.428,349	3.428,349	Recursos vinculados a Programas e Convênios (Incial)
3.428,349	3.428,349	3.428,349	Recursos vinculados a Programas e Convênios (Atual)
3.428,349	3.428,349	3.428,349	220
3.428,349	3.428,349	3.428,349	CSO a receber (Atual)
3.428,349	3.428,349	3.428,349	2.108,915
3.428,349	3.428,349	3.428,349	CSN (Recursos vinculados e a receber) (Incial)
3.428,349	3.428,349	3.428,349	265,486
3.428,349	3.428,349	3.428,349	CSN (Recursos vinculados e a receber) (Atual)
3.428,349	3.428,349	3.428,349	1.160,073
3.428,349	3.428,349	3.428,349	Outros valores a receber (Incial)
3.428,349	3.428,349	3.428,349	Outros valores a receber (Atual)
3.428,349	3.428,349	3.428,349	ATIVOS REALIZÁVEIS DE LP (Incial)
3.428,349	3.428,349	3.428,349	ATIVOS REALIZÁVEIS DE LP (Atual)
3.428,349	3.428,349	3.428,349	Aplicações Financeiras (Incial LP)
3.428,349	3.428,349	3.428,349	Aplicações Financeiras (Atual LP)
3.428,349	3.428,349	3.428,349	Outros realizáveis financeiros de LP (Incial)
3.428,349	3.428,349	3.428,349	Outros realizáveis financeiros de LP (Atual)
3.428,349	3.428,349	3.428,349	12.489,025
3.428,349	3.428,349	3.428,349	ATIVO FINANCEIRO TOTAL (Incial)
3.428,349	3.428,349	3.428,349	ATIVO FINANCEIRO TOTAL (Atual)
3.428,349	3.428,349	3.428,349	15.517,544
3.428,349	3.428,349	3.428,349	TOTAL (Incial)
3.428,349	3.428,349	3.428,349	TOTAL (Atual)
3.428,349	3.428,349	3.428,349	15.517,544
3.428,349	3.428,349	3.428,349	Superavit
3.428,349	3.428,349	3.428,349	3.028,519
3.428,349	3.428,349	3.428,349	Deficit
3.428,349	3.428,349	3.428,349	3.028,519
3.428,349	3.428,349	3.428,349	3.882,825
3.428,349	3.428,349	3.428,349	Disponibilidades Financeiras para orçamento atual
3.428,349	3.428,349	3.428,349	Disponibilidades Financeiras para orçamento futuro
3.428,349	3.428,349	3.428,349	4.592,347
3.428,349	3.428,349	3.428,349	Identificador
3.428,349	3.428,349	3.428,349	40.735,398
3.428,349	3.428,349	3.428,349	Indicador de Consistência (Desembolsos)
3.428,349	3.428,349	3.428,349	40.735,398
3.428,349	3.428,349	3.428,349	Indicador de Consistência (Ingressos)
3.428,349	3.428,349	3.428,349	40.735,398
3.428,349	3.428,349	3.428,349	Aplicação de Longo Prazo Disponível para o Orçamento Inicial
3.428,349	3.428,349	3.428,349	Aplicação de Longo Prazo Disponível para o Orçamento Atual
3.428,349	3.428,349	3.428,349	40.735,398